

O SUJEITO ENTRE NATUREZA E CULTURA NO PENSAMENTO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

THE SUBJECT BETWEEN NATURE AND CULTURE IN JEAN-JACQUES ROUSSEAU'S THOUGHT

Adriano Melo Medeiros¹
adriano.medeiros@ufr.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é investigar a concepção de subjetividade apresentada pelo filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau: seus fundamentos, deduções e possíveis consequências. Utilizando-se de uma abordagem qualitativa, esta pesquisa bibliográfica se concentrou no seu livro intitulado “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”. Nesta investigação constatou-se que para ele a subjetividade humana, apesar de possuir uma essência originária, é eminentemente histórica, pois é formada a partir da instauração de um conflito entre natureza e cultura. Disto percebemos que em Rousseau pode estar a base das concepções que se fundam na historicidade do sujeito pois, os principais pensadores do século XIX, que adotaram este princípio, foram influenciados, direta ou indiretamente, pelo filósofo suíço. Além disso, considerando que a importância da filosofia está antes nas perguntas que nas respostas, acreditamos que seria esta inconclusão que tornaria o pensamento rousseauiano tão fecundo, sobretudo para as áreas nas quais é tão influente, ou seja, na ética, política e filosofia da educação, sendo relevante o aprofundamento da investigação sobre a problemática da subjetividade neste pensador.

Palavras-chave: filosofia moderna, sujeito, antropologia filosófica, metafísica.

Abstract: The objective of this paper is to investigate the conception of subjectivity presented by the Swiss philosopher Jean-Jacques Rousseau: his foundations, deductions and possible consequences. Using a qualitative approach, this bibliographic research focused on his book entitled "Discourse on the Origin and Grounds of Inequality among Men." In this investigation it was verified that for him the human subjectivity, although possessing an original essence, is

¹ Universidade Federal de Roraima.

eminently historical, since it is formed from the establishment of a conflict between nature and culture. From this we perceive that in Rousseau can be the basis of the conceptions that are based on the historicity of the subject because, the main thinkers of the nineteenth century, who adopted this principle, were influenced, directly or indirectly, by the Swiss philosopher. Moreover, considering that the importance of philosophy is rather in the questions than in the answers, we believe that it would be this inconclusion that would make Rousseau's thinking so fruitful, especially for the areas in which it is so influential, that is, in the ethics, politics and philosophy of education, being relevant the deepening of the investigation on the problematic of the subjectivity in this thinker.

Keywords: modern philosophy, subject, philosophical anthropology, metaphysics.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 1753, a Academia de Dijon publica no *Le Mercure de France* o tema de seu novo concurso: *Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e si ela é autorizada pela lei natural?*. Após tomar conhecimento deste concurso, Rousseau se afasta da cidade para meditar sobre o tema.

Embrenhado na floresta, aí procurava, aí encontrava a imagem dos primeiros tempos, cuja história traçava orgulhosamente; abatia as pequenas mentiras dos homens; ousava pôr a nu a sua natureza, seguir o progresso dos tempos e das coisas que o desfiguravam, e comparando o **homem do homem** com o **homem natural**, ousava mostrar-lhe no seu pretenso aperfeiçoamento a verdadeira origem das suas misérias. A minha alma, na exaltação destas sublimes contemplações, elevava-se até junto da Divindade, e vendo daí os meus semelhantes seguirem, na cega estrada dos seus preconceitos, a dos seus erros, das suas desgraças, dos seus crimes, gritava-lhes com uma voz fraca que eles não podiam ouvir: Insensatos, que vos queixais permanentemente da natureza, sabeis que todos os vossos males provêm de vós mesmos. (ROUSSEAU, 2001, 388. Destaque nosso.)

Ao retornar à Paris inicia a redação do seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Em Outubro de 1754, envia ao editor Marc-Michel Rey de Amsterdã o manuscrito, que seria publicado em 24 de Abril de 1755.

Com esse texto deu-se exatamente o contrário do que ocorreu com o discurso anterior. Enquanto o Discurso sobre as ciências e as artes foi premiado e Rousseau dele não se agradava, o Discurso sobre a desigualdade era um dos seus escritos que mais apreciava, contudo foi mal

recebido pela opinião pública. O Discurso da Desigualdade não foi premiado pela Academia de Dijon, a dedicatória à república de Genebra não agradou aos genebrinos e em 30 de agosto do mesmo ano da publicação Voltaire escreveu uma carta para Rousseau, onde pode-se ler o seguinte:

Ninguém jamais empregou tanta vivacidade em nos tornar novamente animais: pode-se querer andar com quatro patas, quando lemos vossa obra. Entretanto, como já faz mais de sessenta anos que perdi este costume, percebo, infelizmente, que é impossível recomeçar, e deixo essa maneira natural àqueles que são mais dignos que vós e eu.²

Neste discurso, Rousseau ampliou a crítica feita no primeiro discurso. Se antes ele condenou a sociedade setecentista e exaltou as antigas sociedades, neste ele condena toda e qualquer sociedade que se formou ao longo da história. Situação que gerou essa compreensão da qual Voltaire é o maior exemplo. Entretanto, se é verdade que ele condena toda sociedade também é fato que ele não condena toda forma de sociabilização, postulando mesmo que a sociedade é algo necessário para o homem, como veremos mais abaixo.

Apesar da subjetividade não ser a problemática com a qual Rousseau se debate em seu livro, pois o que ele busca compreender é a origem da desigualdade entre os homens e se ela é autorizada pela lei da natureza, ele postula que as respostas para tais perguntas se encontram na clara compreensão do que vem a ser a natureza do ser humano, assim, em sua pesquisa ele apresenta uma concepção deste.

Este artigo abordará esta concepção. Primeiramente falaremos do homem no estado natural. Em seguida, trataremos da passagem para o estado civil, no qual se instaura o conflito entre natureza e cultura. Posteriormente, nos aproximaremos das características da subjetividade humana que é fruto do referido conflito, para na sequência apresentar os resultados dessa pesquisa bibliográfica.

O HOMEM NATURAL

Tal como um romance, o discurso começa pela caracterização dos personagens. Neste caso, do único personagem: O *Homem Natural*. Supondo o homem andando sobre dois pés e a

2 VOLTAIRE. *Lettre a Rousseau*. Disponível em: <http://www.consciencia.org/wiki/index.php/Voltaire_Lettre_30_08_1755>. Acessado em 22 de julho de 2007.

utilizar-se de suas mãos como fazemos com as nossas, diferentemente de algumas teorias ainda hoje em voga, segundo as quais o ser humano primitivo se locomovia utilizando mãos e pés, Rousseau inicia a construção de seu modelo teórico do homem no estado de natureza pela organização física deste.

Solitário, sem domicílio fixo, destituído de linguagem, adoecendo pouco, disperso pela terra que lhe oferece tudo o que necessita para sobreviver, contando apenas com seu corpo como instrumento para suprir suas necessidades e, apesar de menos forte que alguns animais e menos ágil que outros, é em conjunto mais bem organizado que todos.

Tendo unicamente o manter-se vivo como ocupação e pré-ocupação, essa será praticamente sua única necessidade, e com isso desenvolverá apenas as faculdades e os sentidos necessários para alcançar tal objetivo. No confronto com as adversidades naturais passará a ter uma habilidade superior à dos outros animais e um temperamento robusto e quase inalterável. Numa interessante antecipação à teoria da evolução de Charles Darwin, diz Rousseau que a natureza faz precisamente com os homens o mesmo que a lei de Esparta fazia com os filhos dos cidadãos: “torna forte e robusto os que são bem constituídos e faz morrer todos os outros” (ROUSSEAU, 1996a, 135).

Com tais características o Homem Natural não passaria de um animal. O que distinguiria aquele deste? Rompendo com a tradição aristotélica que afirma ser o Homem um animal racional, Rousseau distinguirá o homem do animal não pela racionalidade, mas pela capacidade de acatar ou rejeitar as determinações da natureza e agir segundo sua própria vontade. Em outros termos, o ser humano se diferencia do animal pela liberdade, ele não é o *Rationalis Animalis* da tradição, ele é um *Liber Animalis*.

Para ele os animais têm ideias, posto que têm sentidos, sendo capazes mesmo de combinar certas ideias; diferenciando-se dos homens apenas pela intensidade com que fazem essas combinações.

Por outro lado, enquanto “um pombo morre de fome perto de uma vasilha cheia das melhores carnes, e um gato sobre uma porção de frutas ou de grãos, embora ambos pudessem nutrir-se com os alimentos que desdenham, se procurassem experimentá-lo” (ROUSSEAU, 1996a, 141), o ser humano, mesmo sofrendo a mesma influência, pode livremente, porém não sem consequências, afastar-se dessa regra natural. Isso demonstra que o homem, diferentemente do animal, é capaz de fugir à regra imposta pela natureza.

Contudo, essa não é a única característica do Homem Natural que o distingue dos animais. Enquanto “um animal é, no fim de alguns meses, o que será toda a vida, e sua espécie, ao cabo de mil anos, o que era no primeiro desses mil anos” (ROUSSEAU, 1996a, 142), o ser humano e sua espécie são capazes de se aperfeiçoarem. O Homem Natural é um animal capaz de hominizar-se e humanizar-se, atualizando certas faculdades, dentre elas a razão, que nele se encontram em potência. Essa faculdade Rousseau chama de *perfectibilité* (perfectibilidade).

Neste ponto, poder-se-ia objetar que o Homem Natural é capaz de escolher e de aperfeiçoar-se justamente por ser ele capaz de combinar ideias de forma mais intensa que os animais.

“Rousseau não negará que o homem pensa, mas atribuirá à sua razão um estatuto diferente do tradicional” (SALINAS, 1989, 54). O Homem Natural não passa “de um animal inicialmente limitado às sensações puras” (ROUSSEAU, 1996a, 164), nele a capacidade de combinar ideias não se encontra plenamente desenvolvida, nesse estado original ela se encontra em potência. É apenas através do longo processo histórico que provocou o aperfeiçoamento do ser humano que houve a atualização da razão e ele passou a se utilizar dela plenamente, “ele não é de início um animal racional; ele se torna racional cessando de ser animal” (STAROBINSKI, 1996, LVI). Com isto, Rousseau dá à razão um caráter histórico.

Não sendo capaz de combinar ideias de modo a poder escolher, o que orienta o Homem Natural em sua capacidade de agir livremente? Mais uma vez, Rousseau se afasta da tradição ao colocar as paixões como guia natural.

Mau grado o que dizem os moralistas, o entendimento humano deve muito às paixões, que, de comum acordo, também lhe devem muito: é pela sua atividade que a nossa razão se aperfeiçoa; só procuramos conhecer porque desejamos gozar; e não é possível conceber porque aquele que não tivesse desejos nem temores se desse ao trabalho de raciocinar. (ROUSSEAU, 1996a, 143)

Dessas paixões, as mais simples e primeiras por serem inatas, espontâneas e pré-reflexivas, são: o instinto de conservação, ou o *amour de soi-même* (amor de si mesmo), paixão que empurra o indivíduo para a busca dos meios necessários para sua sobrevivência e seu bem-estar e que tem a si mesmo como foco de interesse; a comiseração, ou *pitié* (piedade), paixão, também observável nos animais, que lhe dá uma natural repugnância por ver sofrer qualquer ser sensível e principalmente seus semelhantes, tem o outro como foco de interesse e serve de freio ao instinto de conservação.

Do conjunto dessas características emerge um ser paradoxal, que existe em unidade com a natureza e aparentemente destinado a permanecer nesta situação. Primeiramente, ao mesmo tempo que ele pode desenvolver faculdades que lhe dão poder sobre a própria natureza essas mesmas faculdades podem fazê-lo perder tudo e se colocar abaixo dos animais.

Além disso, o Homem da Natureza não é nem bom nem mal³. Em função do entrelaçamento de suas características naturais ele é capaz tanto de um quanto do outro. No estado de natureza o homem é um ser solitário que não possui relação moral alguma com seus semelhantes, e as poucas relações que tem são casuais e motivadas pela necessidade. Ademais, não possui habilidade para desenvolver qualquer noção do que seja certo e errado. Simplesmente, por ser livre é capaz do pior⁴.

Se estivesse entregue exclusivamente ao instinto de conservação, o homem original não passaria de um animal feroz, que coloca a busca pelos meios para sobreviver acima de qualquer coisa. Tal situação levaria de fato a uma guerra de todos contra todos, visto que todos os outros seriam obstáculos a sua própria sobrevivência, o que daria a Hobbes razão para identificar o Estado de Natureza com o Estado de Guerra.

Porém, por meio da moderação exercida pela piedade, a natureza oferece como guia uma lei, anterior às leis ditadas pela razão, muito mais simples e eficaz. Trata-se pois, “da escritura natural, a escritura do coração” (DERRIDA, 2004, 212): “Alcança teu bem com o menor mal possível para outrem” (ROUSSEAU, 1996a, 156). Como o homem vive em uma unidade absoluta com a natureza, ele jamais se afasta dessa lei, agindo sempre em conformidade com os desígnios naturais. É em decorrência da prevalência dessa paixão que Rousseau afirma ser o homem naturalmente bom.⁵

Acrescente-se que, como poucas são suas necessidades e poucos são os esforços necessários para supri-las, o Homem Natural tem poucos motivos para ver seus semelhantes como inimigos. Numa terra tão vasta que oferece tão poucos obstáculos para a sobrevivência é

3 Parece, à primeira vista, que os homens nesse estado, não tendo entre si nenhuma espécie de relação moral nem de deveres conhecidos, não podiam ser bons nem maus, nem tinham vícios nem virtudes, a menos que, tomando essas palavras em um sentido físico, se chamem vícios, no indivíduo, as qualidades que podem prejudicar a sua própria conservação, e virtudes as que podem contribuir para essa conservação. Nesse caso, seria preciso chamar de mais virtuoso aquele que menos resistisse aos simples impulsos da natureza (ROUSSEAU: 1996a, 152).

4 L'êtré humain n'est ni bon ni méchant, il est libre, et donc capable (soutout) du pire (TODOROV: 1997, 20).

5 Os homens são maus, uma triste e contínua experiência dispensa prova; entretanto, o homem é naturalmente bom, creio havê-lo demonstrado. (ROUSSEAU: 1996a, 202).

possível buscar a satisfação das próprias necessidades sem que seja preciso provocar o sofrimento dos demais

Seus únicos bens são a alimentação, o repouso e a satisfação dos instintos sexuais, enquanto que seus únicos males são a dor e a fome. Dependendo unicamente de si para encontrar a satisfação de suas necessidades, bastando-se a si mesmo para evitar seus temores e tendo poucos obstáculos para alcançar tais fins, vive o Homem Natural em um estado que poderia ser considerado o da plena felicidade.

Quem não vê que tudo parece afastar do homem selvagem a tentação e os meios de cessar de o ser? Sua imaginação nada lhe pinta; seu coração nada lhe pede. Suas módicas necessidades encontram-se tão facilmente à mão, e ele está tão longe do grau de conhecimento necessário para desejar adquirir maiores, que não pode ter nem previdência nem curiosidade. (ROUSSEAU, 1996a, 144)

Habitando em um mundo que não passa de “um magma silencioso de impressões”⁶, no qual encontra tudo o que necessita para satisfazer seus desejos e com o qual vive em perfeita identidade, sem dentro e sem fora, sendo mesmo incapaz de se diferenciar dele, por lhe faltar uma razão capaz de fazer tal distinção a que se perguntar como e por que se deu a saída em direção à sociedade que hoje temos?

O HOMEM DO HOMEM

A mesma natureza que é pródiga em oferecer aos seres vivos tudo que lhes é necessário para sobreviverem, mesmo fazendo isso de forma fácil, não o faz sem obstáculos. A concorrência com todos os outros seres na busca do alimento e abrigo, a necessidade de proteger-se, a diversidade dos climas e das estações, as alterações naturais de todos os tipos, fazem com que os Homens Naturais buscassem os meios para superar tais obstáculos, em consequência desenvolveram as faculdades que estavam em estado virtual. Cedo aprenderam a utilizar paus e pedras como instrumentos facilitadores para o enfrentamento das adversidades.

Nesse confronto pela sobrevivência, surgem as primeiras comparações entre coisas percebidas e assim uma certa espécie de reflexão. Desta, a primeira noção que o Homem Natural desenvolveu fora a de sua própria existência e de sua diferença dos outros seres e da própria

6 El mundo es sólo un magma silencioso de impresiones. (MEDINA: 1998, 116)

natureza. Contudo, ao perceber-se mais hábil que os demais, “o primeiro olhar que lançou sobre si mesmo produziu-lhe o primeiro movimento de orgulho” (ROUSSEAU, 1996a, 166).

Além dessa consciência-de-si, os apelos do instinto de conservação conduziram o Homem Natural a uma consciência-de-espécie. À medida que aumentou a população, aumentaram as relações entre os seres humanos. Se a princípio as relações entre homens não se diferenciavam das relações que estes tinham com os animais, a consciência-de-si e esse aumento das relações fizeram-nos verem-se como seres semelhantes e fizeram com que surgisse a primeira convenção: a linguagem.

Desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a ele próprio, o desejo ou a necessidade de comunicar-lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar os meios para isso. (ROUSSEAU, 1995, 375)

Segundo Rousseau, por muito tempo, esse foi o estado do Homem Natural. Tal situação apenas se modificaria quando, desenvolvendo ainda mais a capacidade de raciocinar, o homem tornou-se capaz de produzir seus próprios instrumentos. As primeiras grandes invenções foram as habitações, pois, em decorrência do sedentarismo que elas provocaram, surgiu a primeira sociedade, a família⁷. Única sociedade que é natural pois apenas ela se funda na liberdade e igualdade naturais, e as relações entre seus membros se fundam no amor.

Com o surgimento das famílias surge a divisão dos trabalhos pelo sexo, além disso, os seres humanos perderam um pouco de sua animalidade e se tornaram mais capazes de resistir às adversidades naturais por estarem juntos. Porém, é também nesse período que surge a ideia de posse – aquilo que alguém usufrui por ter produzido mas que não está interdito aos outros – que posteriormente se transformaria na ideia de propriedade – aquilo que é “meu”⁸, que está interdito aos outros e que não necessariamente é produto do trabalho.

Tendo que despender menos força para a sobrevivência, o homem primitivo passou a ter mais tempo livre. Com esse tempo livre, passou a dedicar-se a outras atividades que não a própria sobrevivência, e nessas atividades acabou produzindo outros artefatos que lhe deram maiores comodidades ao mesmo tempo que proporcionavam males não naturais, pois a privação

7 Cf. Livro I, capítulo II do Contrato Social: as primeiras sociedades.

8 O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. (ROUSSEAU: 1996a, 164)

de tais comodidades “se tornou mais cruel do que doce fora sua posse, e os homens sentiam-se infelizes por perdê-las, sem terem sido felizes por possuí-las” (ROUSSEAU, 1996a, 168).

Esse teria sido o estado definitivo dos seres humanos se não fosse a intervenção da providência divina.

Aquele que quis que o homem fosse sociável pôs o dedo no eixo do globo e o inclinou sobre o eixo do universo. Com esse leve movimento, vejo a face da terra mudar-se e decidir-se a vocação do gênero humano; ouço ao longe os gritos insensatos de uma louca multidão; vejo construírem-se os palácios e as cidades; vejo nascerem as artes, as leis, os comércios; vejo os povos formarem-se, espalharem-se, sucederem-se como ondas do mar; vejo os homens reunidos em alguns pontos de seu território para aí se devorarem mutuamente e transformarem o resto do mundo num tremendo deserto, monumento digno da união social e da utilidade das artes. (ROUSSEAU, 1995, 401)

Enquanto no Discurso sobre a Desigualdade Rousseau fala apenas de catástrofes naturais que obrigaram os seres humanos a viver em grupo e deixa de lado a figura de Deus, no *Ensaio Sobre a Origem das Línguas* ele deixa claro o papel central que Deus exerce em seu pensamento.

Não tendo o homem em sua própria natureza nada que o levasse à sociedade, era preciso que a esse estado fosse conduzido, pois é apenas nele que deixa de ser apenas um animal⁹. Deus, portanto, conduz o homem a sua humanidade ao transformar este ser solitário em um ser social.

A Providência fez com que o homem vivesse em sociedade: correu esse risco – se é que podemos dar algum significado a esta expressão – para que a vontade livre pudesse guiar-lhe. [...] A catástrofe do eixo terrestre, toda a cena de sismos que lhe sucederam não tem outra função na história mitológica, pois só graças às dificuldades e obstáculos que a natureza opõe ao viver liberam-se as potências em letargia. (MEDINA, 1998, 395)

Eis o homem lançado em um novo estado, totalmente desconhecido e ao qual deve se adaptar. Antes um ser solitário, depois um ser ligado apenas aos seus familiares por laços de afeto, agora se vê unido a outros seres humanos por necessidade, tendo por única alternativa o aprender a conviver com os mesmos.

Nessas condições, a passagem do Estado de Natureza para o Estado Civil é algo inevitável, porém não era necessário que se desse do modo como se deu, negando a liberdade e a igualdade, sufocando a piedade e transformando o amor de si mesmo em amor próprio¹⁰. Em suma, rompendo a unidade existente entre ser humano e natureza.

9 Cf. Livro I, Capítulo VIII do Contrato Social: Do estado civil.

10 Em nota de rodapé Rousseau esclarece que o amor próprio se diferencia do amor de si por ser: “um sentimento relativo, factício e nascido na sociedade, que leva cada indivíduo a fazer mais caso de si do que de qualquer outro,

De uma condição de integração com a natureza circundante e de independência de seus semelhantes, o homem evoluirá para uma situação de independência da natureza e de dependência de outro homem. (SALINAS, 1989, 58.)

Nas regiões em que várias famílias foram reunidas, formaram-se espécies de nações particulares, cuja união se mantinha não por regulamentos e leis, mas por costumes e caracteres. De um constante convívio de umas famílias com as outras surgem ligações entre elas, tanto pela necessidade quanto pela afetividade. Porém, é esta última que vai determinar, de forma mais acentuada, este novo gênero de vida.

Os jovens de sexos diferentes, de cabanas vizinhas, se procuram e se comparam, adquirindo aos poucos as ideias de mérito e de beleza. Pelo desejo de se verem, em seus corações se insinua o amor; assim como os obstáculos a este desejo despertam ódios e ciúmes.

Reunidos em suas horas de lazer, os homens e mulheres cantavam, dançavam, se distraiam. Nessas distrações olhavam e desejavam serem olhados. Disso surge o desejo de ser estimado publicamente e com ele o primeiro passo tanto para a desigualdade quanto para o vício. A desigualdade física que não fazia diferença alguma no gênero de vida que o homem levava anteriormente, agora passa a fazer uma certa diferença, na medida em que os indivíduos passam a se medirem por elas. “Aquele que cantava e dançava melhor, o mais belo, o mais forte, o mais astuto ou o mais eloquente passou a ser o mais considerado”. (ROUSSEAU, 1996a, 169)

Tais relações exigiam do homem qualidades diferentes das que possuía, posto que “a bondade conveniente ao puro estado de natureza não era mais a que convinha à sociedade nascente” (ROUSSEAU, 1996a, 170). Com elas surgem os primeiros deveres de civilidade e a moralidade começa a ser introduzida nas ações humanas.

Ao mesmo tempo em que os homens se consideram e se apreciam mutuamente, que ampliam e confirmam suas relações, são formadas, em busca de reconhecimento e de vantagens sobre os outros, (situação nociva em suas consequências) as primeiras **máscaras sociais**. (AYRES, 1996, 75. destaque do autor.)

Mesmo sendo esse o momento em que o homem passa a agir por convenção e deixa de lado os impulsos naturais essa teria sido a época mais feliz e duradoura de sua história, pois:

que inspira aos homens todos os males que se fazem mutuamente, e que é a verdadeira fonte da honra.” (ROUSSEAU, 1996a, 219)

[...] não há nada tão doce como ele em seu estado primitivo, quando, colocado pela natureza a distâncias iguais da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civilizado, e limitado, igualmente, pelo instinto e pela razão, a se preservar do mal que o ameaça, é impedido pela piedade natural de fazer mal a quem quer que seja, não sendo por nada levado a isso, mesmo depois de o ter recebido. (ROUSSEAU, 1996a, 170)

Nessa época de ouro o homem se encontra na posição média entre o Estado da Natureza e o Estado Civil. Nele, as faculdades que antes estavam em letargia, já despertaram, sem que ele tenha perdido suas características naturais. E apesar de a piedade e o amor de si já terem sofrido alguma alteração, a unidade com a natureza ainda não fora totalmente desfeita. Esse momento é para Rousseau a juventude do mundo, dele o homem jamais deveria ter saído. Porém, uma nova revolução tecnológica tira o homem de sua feliz mocidade.

Neste período, não se sabe por meio de que acaso, surgem a metalurgia e a agricultura, e com elas a sociedade. “Foram o ferro e o trigo que civilizaram os homens e perderam o gênero humano” (ROUSSEAU, 1996a, 171). Com elas surge um tipo de divisão de trabalho que de um lado gera mais riqueza e de outro conduz os indivíduos a uma dependência mútua, pondo fim à autonomia que até então cada um gozava.

Na medida em que as ferramentas de metal se tornaram indispensáveis à agricultura, passaram os agricultores a depender dos metalúrgicos; e estes, não dispendo de tempo para se dedicarem a produção do próprio alimento passaram a depender da troca de alimento por ferramentas, e, conseqüentemente, passaram a depender dos agricultores para sobreviverem.

Além da divisão do trabalho que pôs fim à autonomia do indivíduo, surge com a agricultura a noção de propriedade. Do cultivo da terra surge a necessidade de sua partilha. Da posse contínua da terra partilhada surge finalmente a ideia de propriedade privada. É deste momento em diante, que todos os passos em direção ao aperfeiçoamento do indivíduo representaram efetivamente, a decrepitude da espécie.

Com a instituição da propriedade privada, mais por costume que por lei, a desigualdade natural, decorrente das desigualdades físicas, que até então não faziam diferença alguma – no estado de natureza – ou pouca diferença – como no período em que os homens foram obrigados, em decorrência das catástrofes naturais, a formarem nações particulares – passa a fazer uma enorme diferença.

Os agricultores mais fortes, mais hábeis, mais astutos, assim como os ferreiros mais engenhosos, encontraram formas de produzir mais, de tirar melhor proveito de suas produções.

Tal situação começa a gerar o acúmulo de riquezas e, em consequência disso, passam a existir duas espécies diferentes de seres humanos: os ricos e os pobres.

Eis o ponto de origem do problema constatado por Rousseau em seu primeiro discurso: *a diferença entre Ser e Parecer*. Pois é a partir deste instante que os homens passam a valer não pelo que eles são, mas pelo que têm, e, consequentemente, pelo que aparentam ser.

É neste ponto que se instala o verdadeiro estado de guerra de todos contra todos; um estado muito mais hobbesiano que o concebido por Hobbes. Os ricos passam a se invejarem; os pobres, levados ou a escravidão ou ao roubo, passam a amedrontar os ricos.

O gênero humano, aviltado e desolado, não podendo mais voltar sobre seus passos, nem renunciar às aquisições infelizes que havia feito e não trabalhando senão para a sua vergonha, pelo abuso das faculdades que o honram, se colocou ele mesmo as vésperas de sua ruína. (ROUSSEAU, 1996a, 176)

É quando, forçado pela necessidade, o rico concebe um projeto demasiado contrário à natureza: utilizar em seu favor as forças dos que o atacavam e fazê-los acreditar que esta era a situação mais conveniente para todos, constituindo mesmo um dever.

Pelo temor decorrente do estado de guerra, fácil fora convencer a todos que o melhor a ser feito era a instituição de regras de convivência, poder supremo ao qual estariam todos submetidos. E em consequência da fragilidade desse pacto, fácil fora convencer a todos da necessidade da constituição de um corpo político que zelasse pela observância deste contrato.

Do “fortuito encontro entre um esperto e alguns imbecis”¹¹ surgem as leis, consequentemente a sociedade e, portanto, o Homem do Homem.

O SUJEITO ENTRE O *HOMEM DA NATUREZA* E O *HOMEM DO HOMEM*

Se por sujeito entendermos “o eu, o espírito ou a consciência, como princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação, ou ao menos como capacidade de iniciativa em tal mundo” (ABAGNANNO, 2012, 1096), pode-se dizer que não é exatamente disto que trata Rousseau. Sua intenção é apresentar uma hipotética história da humanidade e da formação da sociedade, tendo em vista encontrar as causas de uma suposta degeneração do homem.

¹¹ La historia há empezado con el fortuito encuentro de un bribón y unos cuantos imbeciles (GOUHIER, In: MEDINA, 1998, 103)

Oh homem, de qualquer região que sejas, quaisquer que sejam tuas opiniões, ouve-me: eis tua história como acreditei tê-la lido não nos livros de teus semelhantes, que são mentirosos, mas na natureza, que jamais mente. Tudo o que estiver nela será verdadeiro; só será falso aquilo que, sem o querer, tiver misturado de meu. Os tempos de que vou falar são muito distantes; como mudaste! É, por assim dizer, a vida de tua espécie que vou descrever de acordo com as qualidades que recebeste, que tua educação e teus hábitos puderam falsear, mas que não puderam destruir (ROUSSEAU, 1996a, 132).

Para contar essa história, ele cria um modelo teórico: o Homem Natural, isto é, o Ser Humano tal qual a natureza o havia formado; tal qual ele ‘É’, independente de toda e qualquer característica adquirida por meio do processo histórico de sociabilização ocorrido, por meio do qual ele avalia o homem real, isto é, o Homem do Homem, de modo que, “reconstruir a condição primitiva do homem equivale a reconstruir a essência da subjetividade” (MEDINA, 1998, 109).

Em seu estado primitivo o Homem não passa de um animal, cuja relação com a natureza se dá de forma imediata e dentro de um perfeito equilíbrio com a mesma. Desse equilíbrio decorre uma correlação harmoniosa entre desejo, necessidade e a própria natureza:

O desejo, circunscrito ao estreito limite do instante, não ultrapassa jamais a estrita medida da necessidade, e esta, inspirada unicamente pela natureza, é tão rapidamente saciada que não se surge a consciência da falta. (STAROBINSKI, 1996, LVI)

Não obstante ser um animal, o Homem Natural é também a possibilidade de deixar de sê-lo, visto ser portador de características que o diferenciam do animal, dentre elas a virtual faculdade de raciocinar. É a própria natureza, instrumento da providência divina, que estimula o desenvolvimento dessas faculdades, e conseqüentemente a saída do homem da condição de animal.

Porém, na exata medida em que as faculdades superiores do Homem Natural vão se desenvolvendo, este vai perdendo a sua unidade original com a natureza. Até o instante em que, com o pleno desenvolvimento da razão, a ordem natural é substituída por uma ordem racional. Apesar disso:

Enquanto os homens se contentaram com as suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a coser suas roupas de peles com espinhos ou arestas de pau, a se enfeitarem com plumas e conchas, a pintar o corpo de diversas cores, a aperfeiçoar ou embelezar os seus arcos e flechas, a talhar com pedras cortantes algumas canoas de pesca ou grosseiros instrumentos de música; em uma palavra, enquanto se aplicaram exclusivamente a obras que um só podia fazer, e a artes que não necessitavam o concurso de muitas mãos, viveram livres, sãos, bons e felizes, tanto quanto podiam ser

pela sua natureza, e continuaram a gozar entre si das doçuras de uma convivência independente. (ROUSSEAU, 1996a, 171)

É apenas com o pacto dos ricos, que transformou a posse em propriedade, usurpações em direitos, costumes em leis; legitimou a desigualdade e fez surgir a sociedade, que a disparidade entre a ordem racional e a natural se transforma em antagonismo.

Com a sociedade fundada neste pacto surge o desequilíbrio entre desejo, necessidade, natureza e autonomia. Os desejos ultrapassam as necessidades, pois os homens não querem apenas usufruir, agora desejam a propriedade daquilo que usufruem; a natureza não é mais capaz de fornecer aquilo que o homem necessita; e para atender desejos e necessidades, os homens se tornaram escravos uns dos outros.

Ao longo do processo histórico em que o Homem hominizou-se muito ganhou, porém muito perdeu. Ao criar a cultura, e fazer dela uma segunda natureza, tornou-se superior à própria natureza. Contudo, ao opor esta segunda natureza à primeira converteu-se no mais infeliz dos seres. Eis a contradição fundamental da qual o Homem do Homem não pode fugir. Situação tornada mais grave pelo fato de que o retorno ao estado de natureza é impossível: apesar da felicidade estar atrás, a única direção que o Homem do Homem pode seguir é em frente, eis a angústia original com a qual é preciso conviver.

Apesar de uma aparente nostalgia em relação à uma suposta época de real felicidade, é no *Contrato Social* que Rousseau deixa claro aquilo que ficou obscuro em seus discursos anteriores e que gerou tanta confusão e incompreensão em relação ao seu pensamento.

A passagem do estado natural ao estado civil produziu no homem uma mudança considerável, substituindo em sua conduta a justiça ao instinto, e imprimindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhes faltava. Foi somente então que a voz do dever, sucedendo ao impulso físico, e o direito ao apetite, fizeram com que o homem, que até esse momento só tinha olhado para si mesmo, se visse forçado a agir por outros princípios e consultar a razão antes de ouvir seus pendores. Embora se prive, nesse estado, de diversas vantagens recebidas da Natureza, ganha outras tão grandes, suas faculdades se exercitam e desenvolvem, suas ideias se estendem, seus sentimentos se enobrecem, toda a sua alma se eleva a tal ponto, que, se os abusos desta nova condição, não o degradassem com frequência a uma condição inferior àquela de que saiu, deveriaabençoar incessantemente o ditoso momento em que foi dali desarraigado para sempre, o qual transformou um animal estúpido e limitado num ser inteligente, num homem. (ROUSSEAU, 1996b, 364.)

Apesar de todas as vantagens que o Homem Natural possuía, ele não passava de um animal. É somente com a sociedade que, atualizando suas potencialidades, adquire moralidade,

sai da condição de animal e se torna um ser cultural, o Homem do Homem. Se por um lado o homem não é por natureza um ser social, por outro é indispensável que ele se sociabilize para ser considerado como um Ser Humano, portanto a sociedade mesmo sendo uma contingência é algo que lhe é necessário.

Em seu tratado sobre a educação, Rousseau segue nesta mesma perspectiva, porém, não mais da perspectiva da espécie, agora ele aborda o Homem do Homem em sua individualidade. Qualquer um que tenha paciência para ler as mais de quinhentas páginas do *Emílio*, mesmo que em uma leitura despreziosa, perceberá, através da multiplicidade de assuntos nele tratados – desde o aleitamento materno, as críticas à medicina, se é melhor viajar a pé ou a cavalo até as mais profundas reflexões sobre a natureza humana – que ele é um tratado sobre a subjetividade humana.

Compreendendo a educação como “arte de formar homens” (ROUSSEAU, 1999, 241), abordando quase todos os temas caros ao iluminismo e articulando todas as áreas de conhecimentos necessárias para tratar da natureza humana, ao responder à questão: *Como educar o homem?*, pode-se dizer, como fez Yves Vargas (1997, 38), que Rousseau estuda fundamentalmente por quais mecanismos a natureza humana se desenvolve no sentido da sociabilidade. O que faz do *Emílio*, antes de qualquer coisa, uma obra sobre a sociabilização do Ser Humano e portanto, sobre o sujeito.

Assim, no livro terceiro do *Emílio*, Rousseau apresenta aquilo que pode ser considerado a síntese de sua concepção de sujeito: “Emílio não é um selvagem para ser relegado nos desertos, é um selvagem feito para habitar as cidades” (ROUSSEAU, 1999, 483).

O sujeito, isto é, “o eu, o espírito ou a consciência” é ao mesmo tempo o Homem da Natureza (selvagem) e o Homem do Homem, (feito para habitar as cidades). Esse sujeito emerge do entrelaçamento do Homem da Natureza com o Homem do Homem, seja no processo de formação da sociedade, seja no processo de educação do indivíduo. A grande questão é saber de que maneira eles se entrelaçam.

Considerando que a sociedade é necessária ao indivíduo para que este não seja apenas um animal; considerado que para viver em sociedade é necessário que o homem seja formado sem ser corrompido; tendo claro que não é a sociedade que corrompe o ser humano, mas a sociedade que surgiu fundada na oposição entre o Homem Natural e o Homem do Homem; conclui-se que

o sujeito se caracteriza fundamentalmente por viver numa corda bamba entre oposição e integração da cultura com a natureza.

Por todo o exposto e, em particular, pelo caráter histórico do sujeito, conclui-se que o *Cógito* rousseauiano é um *Eu existo* em unidade com a natureza e um *Eu penso* em consequência da cultura, logo, acrescentando o assunto que realmente interessa à Rousseau, um *Eu* moralmente bom se houver integração entre o *Eu existo* e o *Eu penso* ou moralmente não bom se houver oposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Admitindo a existência de um conflito entre natureza e cultura, o mesmo é superável ou o que podemos fazer é apenas aprender a conviver com ele, minimizando seus efeitos o máximo possível? Apesar do otimismo que caracteriza as direções apontadas por Rousseau, ele não soluciona claramente esta problemática. Considerando que a importância da filosofia está antes nas perguntas que nas respostas, acreditamos que esta inconclusão é um dos elementos que tornam a filosofia do pensador suíço tão fecunda, sobretudo para as áreas nas quais ele é tão influente, ou seja, ética, política e filosofia da educação.

Além disso, Rousseau é um dos filósofos que está na base das concepções que se fundam na historicidade do sujeito pois, os principais pensadores do século XIX que adotaram este princípio foram influenciados, direta ou indiretamente, por ele. Desta forma, acreditamos relevante o aprofundamento da investigação sobre a problemática da subjetividade em sua relação com a natureza e a cultura, apesar deste não ser a principal problemática de Rousseau.

REFERÊNCIAS:

AYRES, Fernando Guilherme Silva. **Os Caminhos da Corrupção Moral no Discurso sobre a Origem da Desigualdade de Jean-Jacques Rousseau**. In: *Perspectiva Filosófica: Revista Semestral do Departamento de Filosofia da UFPE*. Recife, v.4, n.9, p.69-79, jul./dez. 1996.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. **Rousseau: o bom selvagem**. São Paulo: FTD, 1989.

MEDINA, David. **Jean-Jacques Rousseau: Language, Música y Soledad**. Barcelona: Ediciones Destino, 1998.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité parmi les Hommes**. In: *Oeuvres completes*. v.III. França: Gallimard, 1996a.

_____. **Du Contract Social ou Principes du Droit Politique**. In: *Oeuvres completes*. v.III. França: Gallimard, 1996b.

_____. **Emile ou de l'Éducation**. In: *Oeuvres completes*. v.IV. França: Gallimard, 1999.

_____. **Essai sur l'Origine des Langues**. In: *Oeuvres completes*. v.V. França: Gallimard, 1995.

_____. **Les Confessions de J.J. Rousseau**. In: *Oeuvres completes*. v.I. França: Gallimard, 2001.

STAROBINSKI, Jean. **Introductions : Discurs sur l'Origine et les fondements de l'inegalité**. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Oeuvres completes*. v.III. França: Gallimard, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **Le Rousseau que j'aime**. In: *Magazine littéraire*. Paris, n°357, p.18-20, setembro de 1997.

VARGAS, Yves. **Emile: pour en finir avec l'education**. In: *Magazine littéraire*. Paris, n° 357, p.38-40, setembro de 1997

VOLTAIRE. **Lettre à Rousseau**. Disponível em:

<http://www.consciencia.org/wiki/index.php/Voltaire_Lettre_30_08_1755>. Acessado em: 22 jul. de 2007.